

AS FILIPINAS E O ESTADO DA ÍNDIA NO TEMPO DOS ÁUSTRIAS. TENSÃO, CONVERGÊNCIA E ACOMODAÇÃO ENTRE OS IMPÉRIOS IBÉRICOS NA ÁSIA DO SUESTE

MANUEL LOBATO

Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa

RESUMO

A consistência de uma política ibérica para a Ásia entre 1580 e 1640 parece ter sido condicionada tanto pela convergência de interesses como pela competição entre portugueses e espanhóis. O peso dos desafios e das velhas rivalidades, retirando eficácia às iniciativas de colaboração, não impediu a produção de um discurso marcadamente ibérico, apesar do desencanto alimentado de mútuos equívocos e incompreensões. Além dos discursos e dos projectos, é na interacção com as realidades asiáticas no mar da China e na Ásia do Sueste que melhor se pode perspectivar as relações entre o Estado da Índia e as Filipinas.

Assim, neste capítulo passa-se em revista algumas das questões mais visíveis que pontuaram o relacionamento ibérico na Ásia do Sueste, tais como a sobreposição e a complementaridade de funções entre cidades portuárias, como Malaca, Manila e Macau, tão diferentes na sua composição social e estrutura demográfica; rivalidades e colaborações em torno do controlo das Molucas; o breve conflito despoletado pela tentativa espanhola de estabelecimento na foz do rio das Pérolas, revelador dos interesses e forças em presença; os alinhamentos políticos e militares decorrentes da partilha de um mesmo quinhão de adversários muçulmanos e europeus e o subsequente malogro das grandes iniciativas luso-espanholas de combate aos holandeses; finalmente, o fascínio por projectos sempre adiados de armadas conjuntas e de conquista da China e da Indochina, que, em alguns momentos, superaram a aparente oposição entre as dinâmicas territoriais e mercantis.

Aos Portuguezes sobeja-lhes valor para conquistar as terras, nem lhes falta cubiça para as desfrutar, mas têm as mãos muito escaças para dispenderem o necessario à segurança das Conquistas¹.

Introdução

No âmbito da renovação do interesse pelo estudo dos impérios a que se vem assistindo desde há alguns anos avulta a tendência recente para pensar o império português à luz das problemáticas que reflectem as realidades brasileiras e do império espanhol. Tal é compreensível e, até certo ponto, inevitável, na medida em que o legado do imperialismo hispano-americano, independentemente do seu peso demográfico e linguístico, mantém um lugar de destaque no imaginário sobre os imperialismos europeus e na forma de pensar a sua construção histórica. O interesse anglo-saxónico pelos imperialismos espanhol e britânico tende assim a considerar o caso português como parte de um suposto imperialismo ibérico. Mesmo os estudos produzidos em Espanha sobre o período de união monárquica de Portugal e Espanha, no quadro de um império Habsburgo europeu e supranacional, deixam perceber esse facto. Por outro lado, a rápida evolução historiográfica verificada nas últimas duas décadas sobre as realidades sociais portuguesa, espanhola e americana, incluindo a brasileira, revelou os paralelismos e pontos de contacto entre as sociedades ibéricas dos dois lados do Atlântico. Ao aproximar problemáticas, esta evolução tende a esbater as especificidades e a construir um discurso comum que, em certa medida, começa a soar como um discurso uníssono, apesar de as historiografias latino-americanas e brasileira permanecerem largamente de costas voltadas.

Não constitui por isso surpresa a actual vaga de reuniões e projectos editoriais que partilham visões comuns sobre os impérios português e espanhol. No entanto, o império português insere-se neste contexto de forma específica e diversa da espanhola, fruto de distintas experiências imperiais. Com efeito, se até ao final do período moderno, a construção do Brasil apresenta paralelismos e similitudes evidentes com as problemáticas hispano-americanas, o mesmo não poderá dizer-se do envolvimento português em África e na Ásia, de alcance tanto mais limitado ou mesmo efémero quanto mais distante no tempo.

No que respeita à Ásia, há muito que a historiografia sobre as relações entre os impérios europeus, por um lado, e destes com os grandes impérios e estados da Ásia marítima e continental, por outro, trouxe o alargamento do

¹ Francisco de Sousa, S.J., *Oriente Conquistado a Jesus Christo pelos padres da Companhia de Jesus da Provincia de Goa*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1978, p. 1102.

debate e novas linhas de investigação que tiveram o seu ponto de partida no trabalho seminal de Charles Boxer², o primeiro historiador a encarar de forma transversal a interacção e as dinâmicas dos impérios português, espanhol e holandês nos espaços atlânticos e asiáticos. Na sua esteira seguiu John Villiers³. Ainda entre os anglo-saxónicos, desde há alguns anos que Peter Borschberg se tem dedicado ao estudo da política de cooperação ibérica em torno a Malaca e aos Estreitos de Singapura, área até então negligenciada⁴.

A historiografia espanhola também se ocupou do assunto no âmbito da história colonial das Filipinas e das suas interacções asiáticas⁵. Também

² Além de obras gerais e outras cujo escopo não foca especificamente a questão luso-espanhola na Ásia, como os clássicos *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo* (Macau, Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990, trad. de *Fidalgos in the Far East, 1550-1770. Fact and fancy in the history of Macao*, 2.ª ed. revista, Hong Kong e Londres, Oxford University Press, 1968; Haia, Nijhoff, 1948¹), ou *The Christian Century in Japan, 1549-1650* (Manchester, Carcanet Press/FCG/CNCDP, 1993 [1951¹]); ou ainda em co-autoria com Frazão de VASCONCELOS, *André Furtado de Mendonça* (2.ª ed., Macau, Fundação Oriente/Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989 [Lisboa, 1955¹]), o Professor Charles Boxer dedicou alguns estudos às questões luso-espanholas na Ásia: "Spaniards and Portuguese in the Iberian Colonial World: aspects of an ambivalent relationship, 1580-1640" (Hendrik Brugmans e Rafael Martinez Nadal, *Salvador de Madariaga. Liber Amicorum*, Bruges, Collège d'Europe, 1966, pp. 239-51), "Portuguese and Spanish projects for the Conquest of Southeast Asia" (*Journal of Asian History*, III, 1969, pp. 118-136, reimp. in *Portuguese Conquest and Commerce in Southeast Asia, 1500-1700*, Londres, Variorum Reprints, 1985), "Nota sobre o comércio entre Macau, Manila e Nagasáqui, 1580-1640" (*Boletim do Centro de Estudos Marítimos de Macau*, número de homenagem a C. R. Boxer, 1989, pp. 37-45, trad. de "A Note on the Triangular Trade between Macao, Manila and Nagasaki, 1580-1640, *Terrae Incognitae*, 17, 1985, pp. 51-59).

³ John VILLIERS, "Silk and Silver: Macao, Manila and Trade in the China Seas in the Sixteenth Century", *Journal of the Hong Kong Branch of the Royal Asiatic Society*, 20, 1980, pp. 66-80; idem, "Manila and Maluku: Trade and Warfare in the Eastern Archipelago 1580-1640", *Philippine Studies*, 34, 1986, pp. 146-61; idem, "Portuguese Malacca and Spanish Manila. Two concepts of empire", in R. Ptak (ed.), *Portuguese Asia. Aspects in history and economic history (sixteenth and seventeenth centuries)*, Estugarda, Franz Steiner Verlag, 1987, pp. 37-57.

⁴ Peter BORSCHBERG, "Portuguese, Spanish and Dutch Plans to Construct a Fort in the Straits of Singapore, ca. 1584-1625", *Archipel*, 65, 2003, pp. 55-88; idem, "Security, VOC Penetration and Luso-Spanish Co-operation: The Armada of Philippine Governor Juan de Silva in the Straits of Singapore, 1616", in Peter Borschberg (ed.), *Iberians in the Singapore-Melaka Area and Adjacent Regions (16th to 18th Century)*, Wiesbaden-Lisboa, Harrassowitz Verlag/Fundação Oriente, 2004, pp. 35-62; idem, *The Singapore and Melaka Straits: Violence, Security and Trade in the Seventeenth Century*, Singapura, NUS Press, 2010.

⁵ Pelo seu interesse intrínseco ou pela recepção que obtiveram, destacamos Juan GIL, "Balance de la Union Iberica. Exitos y fracasos", in M. da Graça A. Ventura (coord.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico. Segundas Jornadas de História Ibero-Americana*, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 367-83; Manel OLLÉ, "Competencia Macao-Manila en el contexto de la monarquía dualista, 1581-1593", *Illes i Imperis*, 3, 2000, pp. 5-21; Rafael VALLADARES, *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680). Declive imperial y adaptation*, Lovaina, Leuven University Press, col. "Avisos de Flandes", 2001; e Domingo CENTENERO DE ARCE e Antonio TERRASA LOZANO, "El sudeste asiático en las políticas de la Monarquía Católica. Conflictos luso-castellanos entre 1580-1621", *Anais de História de Além-Mar*, IX, 2008, pp. 289-332.

alguns autores portugueses têm dado atenção ao tema da monarquia dual na Ásia, por vezes produzindo trabalhos de maior fôlego⁶.

Recentemente também, o debate enriqueceu-se com novas abordagens em torno dos grandes impérios enquanto protagonistas maiores à escala globalizada da idade moderna⁷, procurando compreender a formação de um ‘império ibérico’ inserido numa dinâmica mais ampla de construção de estados centralizados e burocratizados, como a Índia Mogor ou a China Qing. Esta tendência tem colocado a tónica nas zonas de fronteira como espaços privilegiados para compreender as dinâmicas dos poderes imperiais⁸. Precisamente o início do período moderno foi marcado por rápidas mudanças à escala mundial, que têm por base não apenas o capitalismo europeu, mas também a implantação de novas formas de poder e de autoridade do Estado. Daí o conceito de uma fronteira ilimitada fruto da pressão económica devida ao aumento da procura de bens e às ‘novas tecnologias do poder estatal’⁹.

Não sendo percebida como tal salvo pela historiografia comparativista dos domínios transversais, esta ‘fronteira ilimitada’ pouco tem que ver com a inexistência de fronteiras territoriais de tipo clássico que nos alvares da modernidade se fazia sentir no interior de espaços em rede, como era o caso do império marítimo português na Ásia, tornado verdadeiramente global pela sua articulação com o império espanhol, e não apenas com as Filipinas, nem exclusivamente por via delas, que diversos estudos sublinharam no último quarto de século, não obstante o esforço para fazer vingar a ideia de que uma fronteira entre os impérios português e espanhol na Ásia estaria em funcionamento mesmo antes da fundação das Filipinas por López de Legazpi no final da década de 1560¹⁰.

⁶ Além do clássico Benjamim VIDEIRA PIRES, S.J. (*A viagem de comércio Macau-Manila nos séculos XVI a XIX*, 2.^a ed., Macau, 1987 [1971¹], veja-se Rui D’Ávila LOURIDO, “Portugueses e Espanhóis em Macau e Manila com os Olhos na China”, *Revista de Cultura/Review of Culture. International Edition*, 7, 2003, pp. 23-45; Eduardo FRUTUOSO, “Macau e Manila no Arbitrismo Ibérico”, *ibidem*, pp. 117-44; José Manuel GARCIA, “Relações históricas entre Macau e as Filipinas: uma perspectiva portuguesa”, *Anuario de Estudios Americanos*, 65, 2, Jul.-Dez. 2008, pp. 39-70; e Paulo Jorge de SOUSA PINTO, *No extremo da redonda esfera: Relações luso-castelhanas na Ásia, 1565-1640. Um Ensaio sobre os impérios ibéricos*, dissertação de doutoramento em Ciências Históricas, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, Lisboa, 2010.

⁷ Sanjay SUBRAHMANYAM, “Beyond Incommensurability: Understanding Inter-Imperial Dynamics in the Early Modern World”, *Theory and Research in Comparative Social Analysis*, Department of Sociology, UCLA, 2005, Paper 32; idem, “Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Iberian Overseas Empires, 1500-1640”, *American Historical Review*, 112, Dez. 2007, pp. 1359-85.

⁸ Victor LIEBERMAN, *Strange Parallels: Southeast Asia in Global Context, c. 800-1830*, vol. 1: *Integration on the Mainland*, Cambridge University Press, 2003; Peter C. PERDUE, “Eurasia in World History: Reflections on Time and Space”, *World History Connected*, 5, 2, Fev. 2008 (<http://worldhistoryconnected.press.illinois.edu/5.2/perdue.html>).

⁹ John F. RICHARDS, *The Unending Frontier. An Environmental History of the Early Modern World*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 2003.

¹⁰ James BOYAJIAN, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1993; Consuelo VARELA, “Los Problemas de Frontera en el

A fórmula dinástica, que reuniu as duas monarquias ibéricas sob Filipe II ao mesmo tempo que presumia manter separados – não apenas do ponto de vista meramente político-administrativo, como da própria governação – os respectivos impérios ultramarinos, colocou à coroa espanhola dificuldades na implementação de uma política coerente e integrada relativamente à Ásia. Embora os impérios português e espanhol tenham experimentado, mesmo antes de 1580, uma convergência no contexto internacional, em parte devida à dicotomia entre católicos e protestantes e ao assalto das nações do Norte às linhas de navegação e territórios ultramarinos dos ibéricos, tal convergência, convertida em política de estado após 1582, não esbateu o facto de que, dada a mera justaposição e a ausência de integração entre os impérios ultramarinos ibéricos¹¹, o império espanhol na Ásia foi construído como um espaço de interesses concorrente do Estado da Índia e não complementar deste.

Neste contexto, as Filipinas criaram uma especificidade própria, entre a América e a China, que concorreu quer com Macau, quer com Malaca, já que Manila se desenvolveu como um dos grandes centros da diáspora chinesa no *Nanyang*, ou “Mar do Sul”, isto é, a Ásia do Sueste. Manila, sendo a capital espanhola era, de facto, também uma cidade chinesa em país tagalo, que cumpria, num único porto, não apenas a função que no império português cabia a Macau como interface entre a China e o Japão e entre a China e a Ásia do Sueste, como ainda atraiu a si uma parcela da função de Malaca, ao captar fluxos importantes de especiarias indonésias, como o cravo das Molucas, que habitualmente afluía a Malaca, ou como a pimenta de Sunda, que em grande parte era reencaminhada para a China, trato em que Malaca participou oficialmente até 1574. Este trato foi-lhe arrebatado pelo rápido surto do comércio dos chineses da diáspora na sequência da reabertura dos portos do Fujian à navegação para o *Nanyang* decretada pelos Ming, em 1567, no qual se inclui Manila, que dela muito beneficiou e que, em parte, explica o seu rápido crescimento e o interesse que despertou nos espanhóis.

Para além da resolução do problema náutico da viagem de regresso das Filipinas às costas americanas, podemos interrogar-nos sobre se uma eventual instalação dos espanhóis em Manila se teria concretizado se Legazpi não tivesse chegado às Filipinas exactamente no momento em que se produziu tal reabertura dos portos chineses. Podemos ainda questionar-nos, numa óptica exclusivamente mercantil, se Manila só por si não se teria revelado suficiente enquanto base naval que articulava o comércio espanhol entre a China e a América, tal como Batávia meio século mais tarde concentrou o comércio dos holandeses entre a Ásia e os Países Baixos, e, em caso afirmativo, se o corpo territorial que compunha as Filipinas não constituiu

Maluco”, in M. da Graça A. Ventura (coord.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico. Segundas Jornadas de História Ibero-Americana*, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 341-51.

¹¹ Juan GIL, “Balance de la Union Iberica. Exitos y fracasos”, *ibidem*, p. 368.

também uma superfluidade explicável apenas à luz da idiossincrasia espanhola decorrente da conquista da América.

Se considerarmos ainda que Manila era o término da rota do galeão americano e que através dela os produtos asiáticos fluíam para o império espanhol e para a própria Espanha¹², teremos de concluir que, além das funções de Macau e de Malaca, a capital das Filipinas replicou também Goa e Cochim no que toca ao papel destas cidades portuárias como terminais da carreira portuguesa da Índia. Enfim, uma vez que o eixo Nagasáqui-Macau-Malaca-Goa (Cochim) era a coluna vertebral do Estado da Índia, pode dizer-se que Manila soube atrair a si funções que cabiam a uma multiplicidade de portos portugueses que compunham a parte mais essencial da chamada “rede” portuguesa na Ásia.

No quadro da integração portuguesa na monarquia espanhola, Manila também substituiu Malaca na assistência militar às ilhas Molucas, à época a única região produtora de cravo e de noz-moscada, aspecto a que no presente estudo se dará um maior destaque. Por outro lado, Manila afirmou-se ainda como centro redistribuidor de prata americana, responsável pela abertura de um novo ciclo na vida económica e monetária da região¹³. É assim que Macau e Manila estavam destinados a entender-se quanto à partilha de um trato¹⁴ que fora a razão do estabelecimento dos portugueses naquele porto do sul da China e permaneceria a principal motivação para a presença dos espanhóis nas Filipinas impossibilitados, em termos práticos, de empreenderem a conquista do Celeste Império, seriamente encarada deste a sua instalação em Manila¹⁵.

Considerados na sua complementaridade e na integração sob a mesma coroa, as Filipinas e o Estado da Índia devem ser abordados também sob a perspectiva de uma oposição de fundo, de uma rivalidade e concorrência próprias, aspectos que se enquadram no âmbito das “dinâmicas de integração e de conflito”, que dão corpo a este livro. Por outro lado, o enfoque nas monarquias ibéricas na Ásia, enquanto forma de centrar a presença ibérica na questão do Estado, insere-se nas formas habituais de tratar o

¹² Pedro PÉREZ HERRERO, “El Galeon de Manila. Relaciones comerciales entre el Extremo Oriente y América”, in Francisco SOLANO et al. (eds.), *El Extremo Oriente Ibérico. Investigaciones Históricas: metodología y Estado de la Cuestión*, Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional/Centro de Estudios Históricos (CSIC), 1989, pp. 55-63.

¹³ C. R. BOXER, “Plata es Sangre: Sidelights on the Drain of Spanish-American Silver in the Far East, 1530-1750”, *Philippine Studies*, 18, 1970, pp. 457-468.

¹⁴ Sobre a articulação comercial entre Macau e Manila, a até hoje insuperada resenha de Benjamim Videira PIRES, *A viagem de comércio Macau-Manila nos séculos XVI a XIX*, cit., e Charles BOXER, “Nota sobre o comércio entre Macau, Manila e Nagasáqui, 1580-1640”, cit.

¹⁵ O agostinho Fr. Martín de Rada escreveria a Filipe II: “Si Vuestra Majestad pretende la China [...] tiene necesidad primero de hacer asiento en estas islas”, Archivo General de Indias (doravante AGI), *Filipinas* 79, 1, 1 apud Manel OLLÉ RODRÍGUEZ, *Estrategias filipinas respecto a China: Alonso Sánchez y Domingo Salazar en la empresa de China (1581-1593)*, Tesis doctoral, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 1998, vol. 1, p. 221.

envolvimento europeu na Ásia até ao século XIX, as quais costumam contemplar tanto o Estado como as companhias de comércio. No caso ibérico, e especialmente português, essa opção metodológica comporta riscos óbvios, ao colocar fora do enfoque os privados europeus e euro-asiáticos que, desde meados do século XVI, imprimiram uma nova dinâmica ao Estado da Índia, ao contrário da VOC, que viria a desenvolver políticas demasiado restritivas a respeito dos privados europeus, enquanto a EIC, mais tarde, haveria de construir a sua superioridade sobre a VOC na articulação mais fluida e menos exigente em recursos com o *peddler trade* asiático e com os *country traders*, comerciantes ingleses em regime de *freelancer*, ou seja, os privados europeus¹⁶.

A abordagem dos estados ibéricos na Ásia pressupõe pois um âmbito mais alargado de políticas e práticas sociais, económicas, culturais e religiosas do que a mera regulação da vida social e dos contactos multiculturais entre europeus e asiáticos que vigorou sob a VOC. O aspecto mais saliente acaba por ser uma interacção mais estreita entre europeus e asiáticos por parte dos ibéricos do que por parte das companhias europeias. No caso do império português na Ásia e, em menor grau, também nas Filipinas, as lógicas do Estado nem sempre coincidiram com as dos agentes régios, nem as destes com as dos privados. Esta multiplicidade de interesses, por vezes antagónicos, frustrou eventualmente as expectativas de Madrid e Manila a respeito do Estado da Índia após 1580. A frustração e lamentações dos espanhóis relativamente à sua incapacidade para induzirem reformas no Estado da Índia e moverem os portugueses na Ásia a desenvolverem um esforço de cooperação efectiva entre Goa e Manila, continuam, nos nossos dias, a gerar alguma apreensão entre os historiadores espanhóis menos familiarizados com as realidades portuguesas na Ásia¹⁷.

Portugueses e espanhóis na Ásia antes de 1582

Como sempre acontece, os momentos fundadores são privilegiados para encontrar raízes explicativas de muitas das questões subsequentes. Uma das primeiras que se coloca aos complexos ibéricos e holandês é a da localização dos principais centros europeus na Ásia, em especial das suas capitais. Conhecemos bem a génese do Estado da Índia mas nem sempre colocamos as questões mais pertinentes quando se trata de perceber as escolhas espanholas. Não basta talvez dizer que essa escolha foi obviamente condicionada – como foi toda a história do relacionamento luso-castelhano na Ásia – pelo Tratado de Tordesilhas e pela prioridade portuguesa na “ocupação” de certas zonas do arquipélago malaio.

¹⁶ Cf. “Country Traders”, in Ooi Keat Gin (ed.), *Southeast Asia: a historical encyclopedia from Angkor Wat to East Timor*, Santa Barbara/Denver/Oxford, 2004, pp. 389-90.

¹⁷ Rafael VALLADARES, *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680)*, cit.

A união ibérica ocorreu numa fase adiantada da presença portuguesa na Ásia. Ao longo das últimas três décadas o Estado da Índia vira os seus interesses económicos instalarem-se no Golfo de Bengala e no mar da China sem que, a essa deslocação do seu centro de gravidade da costa ocidental da Índia e mar da Arábia em direcção ao Extremo Oriente, correspondesse um real alargamento territorial, mas tão somente um alastramento da rede mercantil. Bastará recordar que, somando-se ao trato das especiarias indianas e indonésias, o comércio de Macau veio animar as actividades económicas do Estado da Índia ao longo de uma linha dorsal que se estendia do Japão a Ormuz. O rumo dos acontecimentos nos anos que precederam a união ibérica, embora implicando escolhas mais ou menos assumidas, foi marcado pelo surgimento de novas comunidades mercantis de origem portuguesa, que o Estado da Índia raramente demonstrou capacidade e vontade política de integrar e enquadrar. Desde meados do século estava em curso a consolidação das reformas do sistema alfandegário e do comércio administrado que explorava as rotas mercantis, consideradas monopólio da coroa e apanágio de um grupo restrito de funcionários e servidores dos cargos públicos. Tais reformas sofreram a influência do modelo espanhol de contratação e ficaram a dever-se quer à necessidade de alijar despesas públicas, já que os providos pela coroa na capitania das viagens deviam suportar os custos de armação dos navios, quer ainda à relevância que o Brasil adquiriu no contexto imperial em detrimento da Ásia. Aquando da união das duas coroas ibéricas o sistema estava já solidamente implantado havia alguns anos¹⁸.

A prioridade do envolvimento português no comércio sino-japonês e a instalação dos espanhóis nas Filipinas influenciariam decisivamente o relacionamento ibérico na Ásia, especialmente após 1582. Os conditionalismos decorrentes do Tratado de Saragoça, pelo qual foi reconhecida a prioridade portuguesa na “ocupação” de certas regiões do arquipélago malaio e do extremo oriente, introduziram zonas de persistente tensão e ambiguidade, já que os espanhóis se mantiveram convencidos, até às vésperas da união

¹⁸ “Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia e das Capitanias, e mais Cargos que nelas ha, e da Importancia deles”, edição fac-similada do Ms. 3.217 existente na Biblioteca Nacional de Madrid, por F. MENDES DA LUZ, in *Stvdia*, 6, Jul. 1960, fls. 81-v. Este relatório anónimo elaborado em 1582 para ser apresentado a Filipe II, no qual se descrevem sumariamente as possessões do Estado da Índia e respectivas rendas, inclui o rendimento de cada uma das viagens concedidas pela Coroa. A reforma do sistema fiscal e comercial revelar-se-ia, no entanto, ineficaz, porquanto, em 1584, se estimavam os desvios nas receitas públicas, efectuados anualmente pelos “capitães da Índia”, em 24 contos de reis, que representavam cerca de 9% daquelas receitas e consumiam praticamente todo o saldo positivo das finanças do Estado (“Receipt of the Revenues of the State of India: as also the Expenses publike therein”, in “Don Duart De Meneses the Vice-roy, his tractate of the Portugall Indies, containing the Lawes, Customes, Revenues, Expenses and other matters remarkable therein: here abbreviated”, *Purchas His Pilgrimes Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes*, IX, Gasgow, 1905, p. 165).

ibérica, de que não apenas o arquipélago malaio como toda a Ásia do Sueste recaíam dentro da sua delimitação.

Assim, a existência de apenas duas fortalezas, Malaca e Ternate, a que vieram juntar-se Macau por meados do século e Solor (1565), criou um vazio favorável não só à instalação dos espanhóis nas Filipinas como à sua intervenção nas Molucas no período subsequente a 1582, podendo dizer-se o mesmo a respeito dos holandeses que elegeram o arquipélago malaio para teatro das suas operações comerciais e militares alegadamente por ser a principal zona produtora de especiarias e por estar afastada do centro do poderio português na Ásia¹⁹.

Os portugueses, no entanto, não assistiram passivamente à instalação dos espanhóis nas Filipinas. O enfrentamento entre Gonçalo Pereira e López de Legazpi foi despoletado pela chegada a Malaca das primeiras notícias sobre o bom acolhimento dispensado à armada espanhola pelo sultão de Brunei. Essas notícias alarmantes, prontamente registadas pelo jesuíta D. Melchior Carneiro, bispo auxiliar da Etiópia, em carta para o Geral da Companhia, representam uma primeira reacção à presença espanhola “dentro da demarcação dos portugueses”²⁰, clara alusão ao conteúdo do Tratado de Saragoça, assinado em 1529. Na mesma missiva, aquele prelado pedia a intervenção da Companhia de Jesus junto do papa para regular o diferendo entre as duas nações ibéricas na previsão de um longo conflito “porque ho poder que nestas partes têm os portugueses hé muyto grande, e am-de deixar de má vontade ho cravo de Maluco e a prata de Japão e as rriquezas da China, as drogas de Çumda e Banda, porque monta o cabedal que nisto anda perto de hum conto e meio d’ouro”²¹.

Apesar da determinação que o animava, Gonçalo Pereira Marramaque mostrou relutância em combater abertamente o estabelecimento espanhol em Cebu, confiado, talvez, no desfecho trágico das anteriores armadas espanholas que, afinal, acabaria por ser o seu, quando de Malaca e de Goa lhe faltaram os apoios prometidos. Deixou-se enredar num processo de negociação com que Legazpi o entreteve no porto de Cebu enquanto consolidava a sua posição nesta ilha.

Marramaque acabou por desistir da empresa e, após Andrés de Urdaneta ter descoberto a rota de torna-viagem ao continente americano, expulsar os espanhóis das Filipinas deixou de ser uma opção, uma vez que colidia com os cenários e a diplomacia em torno da questão do casamento real de D. Sebastião. Se esses são factos bem conhecidos, nunca é referido, no entanto, o papel activo que os próprios portugueses desempenharam no estabelecimento dos espanhóis em Manila, aos quais forneceram mapas indi-

¹⁹ Leonard BLUSSÉ e George D. WINIUS, “The origin and rythm of Dutch aggression against the *Estado da Índia*, 1601-1661”, in T. R. de Souza (ed.), *Indo-Portuguese History. Old Issues, New Questions*, Nova Delhi, Concept Publ. Co., 1985, pp. 73-83.

²⁰ Joseph WICKI, *Documenta Indica*, VII (1566-1569), Roma, IHSI, 1962, p. 158.

²¹ Id., *ibid.*

cando a rota que ligava esta cidade a Cebu e informação económica sobre o trato que aí se fazia, com vista a convencer Legazpi a retirar-se para zonas mais afastadas das ilhas das especiarias. O papel activo dos portugueses no estabelecimento dos espanhóis em Manila coloca-os, até certo ponto, na origem e fundação desta capital europeia na Ásia, não se circunscrevendo tal acção apenas ao facto de, por ocuparem as Molucas, terem impedido os espanhóis de se fixarem nestas ilhas. Como Maria Augusta Lima Cruz anotou, os mapas indicando a rota que ligava Cebu a Manila teriam sido fornecidos por António Rombo da Costa, um dos capitães da armada de Marramaque, por este encarregado de organizar os encontros com a delegação espanhola²².

Ecoss deste diferendo chegaram a Portugal em finais de Julho de 1570, conforme regista o embaixador espanhol, D. Juan de Borja, em carta para o seu rei, informando-o de que Gonçalo Pereira, após três meses de assédio à posição espanhola, se retirara para Amboino²³. Borja dá conta da natural apreensão que estas notícias geraram em Lisboa.

Manila era já então um porto de intenso tráfego, que os portugueses conheciam e frequentavam regularmente. Os espanhóis depararam-se, pois, com portugueses estabelecidos no local, núcleo inicial da importante comunidade portuguesa que ali viria a desenvolver-se. A sua presença, contrariando as determinações régias de que os portugueses não deveriam ser admitidos nas Filipinas, levantou uma questão jurídica, de que o próprio Legazpi dá conta em carta que de Manila escreveu ao rei, em 1572²⁴. A existência desta pequena comunidade, com ligações aos entrepostos portugueses na Ásia do Sueste e no Extremo Oriente, pode ter inspirado os franciscanos Agustín de Tordesillas e Marcos de Lisboa, o primeiro proveniente de Macau e o segundo de Malaca, a fundar uma Misericórdia em Manila a 16 de Abril de 1594²⁵, a qual receberia por insígnia as armas de Portugal.

²² Diogo do COUTO, *Década Quarta da Ásia*, edição crítica e anotada coordenada por M. Augusta Lima Cruz, I, Lisboa, CNCDP-FO-INCM, 1999, Liv. IV, Cap. II, cit., pp. 329-330; protesto de Gonçalo Pereira a Miguel Lopes de Legazpi, Cebu, 14 de Outubro de 1568, in Alfonso GONZÁLEZ GONZÁLEZ, “Los requerimientos portugueses a Legazpi sobre la pertenencia de Filipinas”, cit., p. 262. Ver ainda Ana Maria PRIETO LUCENA, “Conflictos entre Castellanos y Portugueses en Extremo Oriente, según los Cronistas Españoles de los Siglos XVI y XVII”, comunicação ao *Simpósio Rotas marítimas e redes associadas*, Sagres, 28 de Abril a 1 de Maio de 1992, CNCDP e Comissão Nacional para a UNESCO (dactil.), p. 17.

²³ Carta do embaixador em Lisboa, D. Juan de Borja, a Filipe II, Sintra, 5 de Agosto de 1570, AGI, *Patr.* 46, R. 8.

²⁴ Diz Legazpi nessa missiva: “Aqui ay algunos que son hijos de portugueses y ellos nacidos en tierra de tu magestad sobre que se an movido algunos pleytos diciendo que no pueden estar en la tierra y ellos alegan ser Españoles nacidos y criados en ella – quería saver si se entiende con ellos lo que su magestad tiene mandado o si podrán estar en la tierra”. Carta de Miguel Lopes de Legazpi para Filipe II, Manila, 11 de Agosto de 1572, publ. por W. E. RETANA (“Noticias históricas extraídas de los documentos existentes en el Archivo de Indias”, *Revista historico-bibliográfica*, n.º 1, Madrid, Set. 1905, p. 58) e, mais recentemente, por Patricio HIDALGO NUCHERA (org.), *Los primeros de Filipinas. Crónicas de la Conquista del Archipiélago*, Madrid, Miraguano-Polifemo, 1995, doc. 37, p. 311.

²⁵ Juan O. MESQUIDA, “The Early Years of the Misericordia of Manila (1594-1625)”, *Revista de Cultura/Review of Culture, International edition*, 14, Abr. 2005, pp. 59-81.

Rivalidade e parcerias: acomodar modelos e salvaguardar interesses

Nos anos seguintes, as dificuldades militares do estabelecimento português em Ternate agravaram-se ao ponto de, em 1575, ele ter caído nas mãos do sultão local. Sancho de Vasconcelos, um dos capitães da armada de Pereira Marramaque que se deixara ficar nas Molucas, construiu uma nova fortaleza na ilha de Tidore, que doravante funcionaria como estabelecimento oficial português naquelas ilhas.

Muito ocupados na construção do seu domínio nas Filipinas, os espanhóis deixaram de pressionar as Molucas, desinteressando-se aparentemente delas. Contudo, a correspondência entre os governadores e o Conselho de Índias mostra que o projecto de conquista das Molucas nunca foi abandonado, sendo mesmo encarado com muita seriedade nas vésperas da união das coroas ibéricas e após a revolta do sultão de Ternate contra os seus antigos aliados portugueses, em 1575.

Com a união das coroas de Portugal e Espanha, as Filipinas converteram-se no principal esteio da presença portuguesa nas Molucas. Em 1583 o forte português em Tidore era já defendido por uma guarnição proveniente de Manila, da mesma forma que por este porto começava a reanimar-se a velha rota que conduzia as especiarias da Insulíndia para o mar da China, o golfo do Sião e mesmo até Malaca²⁶. As Filipinas depressa haviam adquirido, mercê do sistema de colonização posto em prática pelos espanhóis, um apreciável poderio bélico, especialmente no que respeita ao recrutamento de tropas auxiliares nativas. Assim, as Molucas do Norte foram absorvidas na esfera de influência das Filipinas, enquanto as ilhas de Amboino continuaram sujeitas ao domínio português até à conquista holandesa em 1606. Entretanto assistiu-se à crescente militarização da região uma vez que ao aumento do poderio conjunto luso-espanhol o sultão de Ternate respondeu com um apelo aos seus poderosos aliados javaneses.

Mas que procuravam de facto os espanhóis? Antes de respondermos, precisamos lembrar que se o imperialismo português quatrocentista tem muito de prolongamento das actividades extractivas e agrícolas próprias da Idade Média, como a pesca e a produção vinícola e cerealífera, a que se juntaram o açúcar e os escravos, pelo contrário, o imperialismo quinhentista no Oceano Índico, além de ter por móbil a atracção pelos tratos mais rendosos – as especiarias e os tecidos, as pedras preciosas e o ouro – e o seu eventual controlo, deu também continuidade à vertente de cavalaria cruzadística exercitada em Marrocos no século precedente. Os espanhóis, porém, nunca

²⁶ Sobre as ligações das Ilhas das Especiarias à China, veja-se Manuel LOBATO, “Os chineses nas ilhas Molucas: da prioridade no comércio de longa distância à fixação de uma comunidade residente”, in Jorge dos Santos Alves (coord.), *Conferências nos Encontros de História Luso-Chinesa*, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 147-172.

experimentaram uma solução de continuidade entre a actividade predadora própria da reconquista cristã ibérica e a conquista da América.

O horror ao vazio expresso pelo meridiano de Tordesilhas acabaria por representar, nos mares da Ásia, apenas um vago direito de prioridade cuja eficácia, mais simbólica do que real, não teve aplicação fora da esfera papista, porquanto às malhas da rede de estabelecimentos portugueses na Ásia escapavam vastos espaços, especialmente no golfo de Bengala, no arquipélago malaio e no mar do sul da China, abertos a velhos e a novos protagonistas, fossem eles chineses, javaneses, espanhóis ou holandeses.

Após a aclamação de Filipe II nas cortes de Tomar, a coroa procedeu à delicada tarefa de assegurar a transmissão dos poderes que deveria fazer-se através de juramento e aclamação do novo monarca nas diversas cidades e fortalezas do Estado da Índia. O novo vice-rei, D. Francisco Mascarenhas, cuja armada saiu de Lisboa um escasso mês depois das cortes, ia incumbido de operar a renovação dos principais cargos do Estado da Índia, de acordo com uma lista de pessoas confiáveis. Para tanto, ia também provido de um número de alvarás régios em branco prontos a serem preenchidos com os nomes dos agraciados com cargos e capitánias, o que aponta para um alargamento da delegação de competências na pessoa do novo vice-rei, que retribuiu a confiança com o envio de presentes exóticos ao príncipe herdeiro e às filhas de Filipe II²⁷.

Um plano alternativo tinha sido elaborado para, na eventualidade de o vice-rei Mascarenhas não conseguir ocupar a cadeira do poder em Goa e aí fazer reconhecer Filipe II como rei, se retirar para Moçambique e aqui aguardar novas ordens. Nesta armada seguiu também com destino a Malaca um galeão mais veleiro do que as naus. Deste modo Filipe II assegurava que a notícia da sua aclamação fosse conhecida em Malaca ao mesmo tempo que o novo vice-rei chegasse a Goa²⁸. O rei não deixara as coisas ao acaso. A preparação da armada e as detalhadas instruções que o novo vice-rei recebera, para proceder conforme a receptividade que encontrasse às notícias da aclamação de Filipe II, foram rodeadas dos maiores cuidados. Além de cartas do rei para as autoridades e principais fidalgos da Índia, na armada seguiram três capitães despachados com as mercês das principais capitánias do Estado: Moçambique, Ormuz e Malaca. Filipe II tratava assim de assegurar o controlo dos principais portos subalternos que compunham a rede portuguesa na Ásia para a eventualidade de não ser reconhecido por rei em Goa. Embora a transmissão de poderes e a aclamação do novo rei tenham

²⁷ Fernando J. BOUZA ÁLVAREZ, *Cartas de Felipe II a sus hijas*, Madrid, Ed. Turner, 1988, p. 73.

²⁸ Manuel LOBATO, "A Carreira da Índia e a variante de Malaca (1507-1641)", in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz, *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 343-376.

decorrido com normalidade em todas as fortalezas do Estado da Índia, D. João da Gama e Diogo de Azambuja, respectivamente capitães das fortalezas de Malaca e Tidore, as únicas, além de Macau, que a coroa possuía oficialmente a leste do cabo Comorim, fizeram questão de esperar pela notificação de Goa antes de procederem à aclamação do rei.

Nas Filipinas, as autoridades também receberam instruções sobre os procedimentos a adoptar para com os portugueses de Macau, Malaca e Maluco, únicas possessões portuguesas, além de Goa, com as quais as autoridades espanholas na Ásia estabeleceram um relacionamento oficial efectivo durante a chamada “união ibérica”. Em Tidore, dada a ausência da nau do trato que ali costumava ir de Goa por via de Malaca, a notícia da aclamação de Filipe II foi sabida em primeira mão por via das Filipinas, em Março de 1582. Diogo de Azambuja, o capitão português, preferiu, no entanto, aguardar pelo seu sucessor²⁹, que só chegaria em 1583 e, portanto, só nesse ano foi Filipe II jurado rei em Tidore.

Em Macau, onde então se originava a parte mais substancial do comércio do Estado da Índia e onde os portugueses detinham uma posição florescente e consolidada, o emissário de Manila, o jesuíta Alonso Sanchez, que ali chegou em Janeiro de 1582, foi recebido friamente. Prevalceria ali uma atitude exclusivista e desconfiada em relação às intenções espanholas, em parte como reacção à actuação de Sanchez, que em Cantão procurou obter do vice-rei local um estatuto comercial para os espanhóis semelhante ao de que os portugueses desfrutavam em Macau³⁰. As preocupações dos moradores foram transmitidas para Manila pelo então capitão-mor, João de Almeida, em carta ao governador das Filipinas, Gonçalo Ronquillo de Peñalosa, advertindo quanto à necessidade de proibir o acesso directo de mercadores espanhóis a Macau pelo perigo que adviria de uma reacção das autoridades chinesas, suspeitosas da presença espanhola em Manila, pelo que “por hora se nos offereçe dyssimular este comercio” até que uma decisão régia fosse tomada, pois a uma eventual perda de Macau se seguiria a perda das alfândegas de Malaca e de Goa e do próprio Estado da Índia³¹. Em termos enfáticos, a mensagem prevenia o acesso directo dos espanhóis a Macau ao mesmo tempo que mantinha entreaberto o comércio com Manila. Na verdade não deixava de espelhar também a existência de duas posições

²⁹ Cópia da carta de Diogo de Azambuja, capitão mor de Maluco, ao governador das Filipinas, Gonçalo Ronquillo de Peñalosa, Tidore, 20 de Março de 1582, AGI, *Patronato Real*, Leg. 46, R. 14, apensa ao doc. 1, fls. 17-17v.

³⁰ Para uma descrição sucinta das vicissitudes da embaixada de Alonso Sanchez à China e a Macau veja-se Manel OLLÉ, “Competencia Macao-Manila en el contexto de la monarquía dualista, 1581-1593”, *Illes i Imperis*, 3, 2000, pp. 13-14.

³¹ Carta de D. João de Almeida capitán mayor por los portugueses en Nombre de Dios, en la China a D. Gonzalo Ronquillo gobernador de Filipinas prestando la obediencia a Felipe 2.º rey de España, como rey de Portugal, 24 de Junho de 1582, AGI, *Patronato Real*, 24, R. 59.

antagónicas entre os mercadores e homens de negócio residentes em Macau a respeito das futuras relações comerciais desta cidade com Manila³².

Malgrado todas as reservas, a “união ibérica” vinha dar, através da ligação a Manila e à América, um novo impulso à teia comercial de Macau, cidade que atingiu então o auge económico e a maturidade política, apesar de a separação formal entre os impérios se manter em vigor. O relacionamento entre Macau e Manila, feito de rivalidades e de cumplicidades, pautou-se nas primeiras décadas pela conflituosidade e cedeu depois a uma certa acomodação. É uma história tantas vezes recordada que nos abstemos de a repetir³³.

A interferência espanhola far-se-ia sentir rapidamente nas diversas esferas de actuação política, diplomática e religiosa dos portugueses na Ásia do Sueste e no Extremo Oriente. A querela em torno da exclusividade de evangelização do Japão, defendida pelos Jesuítas, em especial por Alessandro Valignano, contra o direito de liberdade missionária, sustentado pelos franciscanos espanhóis, em especial por Martín de la Ascensión, arrastou-se ao longo de mais de duas décadas, terminando em 1608 por uma decisão papal favorável à diplomacia espanhola. A questão era delicada na medida em que Ascensión introduziu na disputa o argumento político de que o exclusivo jesuíta limitava os poderes e a jurisdição da coroa espanhola sobre os cristãos japoneses, ou seja, era contrário aos interesses da monarquia ibérica. Para exacerbar esta querela missionária, que em última análise se jogou na cúria pontifícia, muito contribuiu o desejo dos espanhóis em pôr termo ao exclusivo português de Macau nas relações comerciais entre a China e o Japão. Durante os períodos em que vigorou o exclusivo jesuíta e apesar dele, a circulação de franciscanos espanhóis entre Manila e o Japão foi intensa³⁴.

As posições assumidas pelos espanhóis a respeito da missionação no Japão reflectem a sua atitude para com as demais regiões do Extremo Oriente e da Ásia do Sueste incluídas formal ou informalmente na esfera de influência do Estado da Índia. A inclusão da China na jurisdição da Audiência de Manila expressa nas *Ordenanzas de la Audiencia de Ciudad de Manila*, seu decreto fundador, de 1583, foi então interpretada no México, talvez com algum exagero, como visando as próprias possessões portuguesas a leste de

³² Lúcio de SOUSA, *The Early European Presence in China, Japan, the Philippines and Southeast Asia (1555-1590). The Life of Bartolomeu Landeiro*, Macau, Fundação Macau, 2010, pp. 96-97.

³³ Paulo SOUSA PINTO, *No extremo da redonda esfera...* cit., pp. 311 e ss.

³⁴ Charles R. BOXER, *The Christian Century in Japan, 1549-1650*, cit., p. 156; João Paulo COSTA, “A rivalidade luso-espanhola no Extremo Oriente e a querela missionológica no Japão”, in Roberto Carneiro e A. Teodoro de Matos (org.), *O século cristão do Japão*, Lisboa, 1994, pp. 477-524; Pedro Lage Reis CORREIA, “A Apologia de Valignano e a Defesa do Padroado e dos Direitos da Coroa Portuguesa na Ásia Oriental”, *Revista de Cultura/Review of Culture. International Edition*, 19, 2006, pp. 171-88.

Malaca³⁵. Este atropelo ao espírito das Cortes de Tomar pode ter-se ficado a dever à imagem sombria de Macau, que de Manila fora transmitida para o México pelo ex-governador das Filipinas, Francisco de Sande, de uma cidade sem fortificações, cujos indefesos moradores eram mercadores de passagem em tudo dependentes das autoridades chinesas, a quem pagavam tributo³⁶. Macau aparecia nesse retrato como uma anti-Manila, onde, pelo contrário, os chineses, igualmente temidos, eram rigorosamente controlados e os seus desmandos severamente punidos. Aparentemente, esta ameaça constituía um preço que os portugueses teriam de pagar pela integração do seu ‘império sombra’ na monarquia dual. Perante tal desafio, os moradores portugueses de Macau uniram-se num único corpo em torno do bispo local, D. Leonardo de Sá, que promoveu a eleição de uma Câmara, em 1583, a qual seria confirmada, em 1586, pelo vice-rei, D. Duarte de Meneses, recompensando desse modo a pronta aclamação de Filipe II naquela cidade e, em simultâneo, contribuindo para o reforço do poder municipal.

A situação, juridicamente complexa, requeria uma aclaração que contribuisse para apaziguar a tensão causada pelos ânimos exaltados dos portugueses mais refractários à nova ordem. Nesse sentido, o governador das Filipinas, Santiago de Vera (1584-89), pediu para que Madrid informasse sobre se a recém-fundada *Audiencia* de Manila detinha ou não jurisdição sobre os portugueses de Macau, Malaca e Maluco, pois duvidava que estes viessem apresentar espontaneamente as suas “apelações” perante aquele órgão³⁷.

Os mercadores de Macau prontamente procuraram tirar partido da nova situação. Entre os que assim procederam encontrava-se Bartolomeu Vaz Landeiro, rico armador português residente em Macau e proprietário de uma frota de juncos utilizada no comércio do Japão, onde seria conhecido como o “Rei dos Portugueses”³⁸, o qual inaugurou, em 1583, a carreira comercial entre Macau e Manila. Landeiro surgirá, em 1585, como um dos capitães do terceiro socorro enviado das Filipinas às Molucas³⁹. A este propósito, o ouvidor das Filipinas, Melchor Dávalos, afirma, em carta para o rei, que o governador Juan Ronquillo de Peñalosa apelara para Landeiro sob o pretexto da cedência de navios seus para a defesa de Manila. De acordo com Dávalos, Landeiro encontrava-se em Manila por capitão de dois juncos de guerra, alegadamente para proteger aquele porto⁴⁰. Na verdade, ele viera

³⁵ Manel OLLÉ, “Competencia Macao-Manila...” cit., p. 10.

³⁶ Paulo SOUSA PINTO, *No extremo da redonda esfera...* cit., pp. 312-13.

³⁷ Carta do governador Santiago de Vera, Manila, 30 de Abril de 1584, AGI, *Filipinas*, 18A, R. 2, N. 7, 1, 4 fols. (1-8).

³⁸ Sanjay SUBRAHMANYAM, *The Portuguese Empire in Asia. A Political and Economic History*, Londres e Nova Iorque, Longman, 1993, p. 138.

³⁹ Lúcio de SOUSA, *The Early European Presence in China, Japan, the Philippines and Southeast Asia (1555-1590). The Life of Bartolomeu Landeiro*, cit., pp. 105-08.

⁴⁰ Carta de Melchor Dávalos, ouvidor da Audiência de Manila, a Filipe II, Manila, 3 de Julho de 1584, AGI, *Filipinas*, 18A, R. 2, N. 9, 1, fls. 11-v.

de Macau encarregado de dar protecção a Francisco de Mercado, capitão de um navio espanhol da carreira entre as Filipinas e o Perú, conhecida por ‘Galeão de Manila’, que, devido a um motim a bordo, se desviara da rota habitual e tomara aquele porto português. Os amotinados, cuja intenção era traficar em Macau, haviam logrado, com a conivência do ouvidor local, Damião Gonçalves, o afastamento de Mercado e, após terem recebido os empenhos de muitos mercadores portugueses, rumaram ao Peru⁴¹. Ainda de acordo com Dávalos, fora devido à oposição dos capitães espanhóis que o governador Santiago de Vera não entregara a Landeiro o comando da armada de socorro às Molucas que estava em preparação em Manila⁴². Assim, por via da nova ligação às Filipinas, os portugueses de Macau contornaram os canais habituais que passavam por Malaca e insinuaram-se nas Molucas, onde até então não tinham desempenhado papel de relevo.

Desde 1585, sucederam-se a um ritmo quase anual as proibições que de Madrid e de Lisboa foram expedidas para Manila e Goa relativas ao intercâmbio de pessoas e mercadorias entre as esferas de influência portuguesa e castelhana. Ainda que essa circulação tenha permanecido sempre limitada, tais proibições não produziram efeito, já que as ordens emanadas de Madrid não tinham capacidade de modificar o rumo dos acontecimentos dependente dos actores no terreno e das complexas conjunturas políticas e económicas locais. Apesar das proibições, supostamente rigorosas, que interditavam as relações comerciais entre os dois impérios ibero-asiáticos, estas conheceram um enorme incremento nos anos que se seguiram à união das coroas portuguesa e espanhola. Recomendações para o escrupuloso cumprimento de tais proibições pululavam nas cartas régias e eram consideradas como tal, isto é, como mera retórica, pois a própria *Audiencia* de Manila não sentiu pejo em retractar com objectividade um intercâmbio que trazia óbvias vantagens a ambas as partes. Em 1589, o seu presidente escrevia ao rei: “La tierra se ba engrossando cada dia mas en tratar y este año (...) han uenido Portugueses con mercancías e les [hay] Regalado, y procuro de hazerles gusto en todo por acariñarlos, y con esto se animon otros a benir”⁴³.

⁴¹ Cf. o relato circunstanciado deste episódio, baseado na carta do governador das Filipinas, Diego Ronquillo (Manila, 8 de Abril de 1584, AGI, *Filipinas*, 6), em Fernando IWASAKI CAUTI, *Extremo Oriente y Perú en el Siglo XVI*, Madrid, Ed. Mapfre, 1992, pp. 64-65, na qual a actuação de Landeiro é elogiada. Para um relato sucinto deste episódio veja-se Manuel OLLÉ, *La Invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*, Wiesbaden, Harrasowitz Verlag, 2000, p. 154; para maior detalhe sobre os autos do inquérito instaurado em Macau, L. de SOUSA, *The Early European Presence in China, Japan, the Philippines and Southeast Asia (1555-1590). The Life of Bartolomeu Landeiro*, cit., pp. 94-110.

⁴² Sobre Landeiro veja-se, além da obra de L. de SOUSA citada na nota anterior, p. 138; Manuel OLLÉ, *La Invención de China*, cit., p. 88-90, 111-112 e 115; e ainda em Juan GIL, *Hidalgos y samurais. España y Japón en los siglos XVI y XVII*, Madrid, Alianza Universidad, 1991, pp. 28-30.

⁴³ Cópia de un Capº de Carta que el Pres. de la audª de las islas philipinas escribio a Su m.d, [Manila] 30 de Junho de 1589, AGI, *Filipinas*, Leg. 6, R. 4, n.º 44, doc. 8, fl. 8.

Desde o início que nas Filipinas superabundaram os partidários de projectos de conquista na região segundo o modelo americano, como o governador Duarte de Sande e o jesuíta Alonso Sanchez, apologistas da conquista da China⁴⁴. Em 1586, em relatório enviado a Filipe II, o governador Santiago de Vera ocupava-se da preparação de uma expedição militar cujo objectivo, ainda por definir, poderia ser a China, o Brunei, as Molucas ou, por razões menos evidentes, Ayutthaya, a capital do Sião, apesar dos contactos diplomáticos e da perspectiva de trocas comerciais com o reino siamês⁴⁵. Mas no fim da primeira década do século XVII tais projectos tinham-se esfumado por entre fracassos e dispendiosas intervenções nas Molucas, enquanto os resultados das aventuras conquistadoras no Brunei e no Camboja se revelavam nulos. Restava o comércio do galeão de Manila, alimentado pelo contrabando com Macau, que trazia a prata americana, sem a qual nos poderíamos interrogar sobre o destino das Filipinas, ou seja, se sem a prata os espanhóis se teriam inserido de modo mais profundo nos tratos asiáticos na busca de meios de troca alternativos, ou se, pelo contrário, teriam optado por abandonar a Ásia, num paralelismo interessante com o Estado da Índia, pois ambos os imperialismos ibéricos encararam recorrentemente tal abandono.

A necessidade de adequação às realidades asiáticas encarregar-se-ia de depurar os confusos objectivos iniciais, os quais obedeciam ao entrecruzamento de dois modelos distintos e, em certa medida, antagónicos: o modelo de conquista da América e o modelo que os portugueses haviam adoptado na Ásia desde o início do século XVI, o qual, com cambiantes várias e uma ou outra excepção, tinha até então excluído a opção territorial. Estes dois modelos foram alternadamente adoptados por Manila ao longo de quatro décadas. Em certa medida as Filipinas são, elas próprias, o resultado do cruzamento dessas políticas. Uma política de conquista, alicerçada sobre as *encomiendas* de índios de modelo americano, que lhes conferiu a sua dimensão territorial e as dotou de um sistema de territorialização nas províncias, mas que também extravasou sobre espaços confinantes. E uma política comercialmente agressiva mas não-beligerante, que tirou partido do seu excelente posicionamento no entrecruzamento de rotas que ligam a China à Ásia do Sueste e ao Japão, bem como da numerosa colónia de *sangleys* ou chineses da diáspora estabelecidos em Manila. Um dos defensores desta política mercantil em detrimento do furor belicista e conquistador, durante este primeiro ciclo de existência das Filipinas, foi António de Morga, o qual, escrevendo no rescaldo da sua experiência pessoal como governador interino, aponta os excessivos recursos humanos e financeiros gastos nas campanhas militares que não traziam retorno aos cofres do Estado. Posição semelhante acabaria por ser defendida, em 1598, pelo cartógrafo e arbitrista

⁴⁴ Paulo SOUSA PINTO, *No extremo da redonda esfera*, cit., pp. 241-44.

⁴⁵ Florentino RODAO, "The Castilians Discover Siam: Changing Visions and Self-Discovery", *Journal of the Siam Society*, 95, 2007, p. 13.

Hernando de los Rios Coronel, em carta enviada ao próprio Morga e que este publicou nos seus *Sucesos*, na qual exprimia, por um lado, o seu desencanto por três décadas escoadas em projectos de conquista, sem que os espanhóis tivessem logrado obter sequer uma testa-de-ponte na China e, por outro lado, apontava o dedo aos portugueses:

“aun los mismos Sangleyes lo dicen, que [os portugueses] empezaron como nosotros, y primero ivan y venían [à China], después se quedaron dos enfermos, y otro año hizieron quatro casas, y así se fueron aumentando: y para hazer otro tanto, yo sé que no ay otra dificultad, sino la que ellos causan”⁴⁶.

Paulo Pinto chama justamente a atenção para a dinâmica local que explica, afinal, a ocorrência do conflito luso-espanhol na foz do rio das Pérolas, em 1598, quando o governador das Filipinas, D. Francisco Tello de Guzmán, decidiu enviar uma fragata directamente a Cantão, em violação das prerrogativas de Macau, cujas autoridades e moradores se viram na necessidade de resolver o problema pelos seus próprios meios, ou seja, sumariamente e pela força⁴⁷.

Já foi notado que nos primeiros anos após a fundação das Filipinas, devido à fragilidade da sua implantação na Ásia, a Coroa espanhola dependia dos contributos individuais de peritos e homens experientes em matérias sobre as quais deveria tomar decisões. Tal facto levou Filipe II a conceder uma maior atenção aos pedidos e às sugestões dos seus súbditos, entre os quais os portugueses com uma longa experiência asiática⁴⁸. É neste contexto de governação a distância e de promoção de interesses particulares que se deve situar o número considerável de projectos de conquista, os quais, exceptuando a China, direccionados para alvos apetecíveis na Ásia do Sueste, foram analisados por Charles Boxer⁴⁹.

Ao longo da primeira década de seiscentos vemos desaparecerem tais projectos alicerçados numa óptica predominantemente belicista. O primeiro projecto de conquista da Formosa ou Taiwan, que data de 1597, atende já a necessidades defensivas perante uma previsível ocupação daquela ilha pelos japoneses. Ao trocarem a orientação militar e territorial pela opção mercantil, os espanhóis das Filipinas multiplicaram as ocasiões de atrito com os portugueses de Macau e Malaca, com os quais se tornou cada vez mais imperioso chegar a um *modus vivendi* mutuamente vantajoso. Contudo, e paradoxalmente, sob a influência da conquista espanhola da América, os portugueses vinham fazendo, desde a década de 1560, uma trajectória inversa, adoptando uma postura conquistadora em Angola, em Moçambique

⁴⁶ *Apud* Paulo SOUSA PINTO, *No extremo da redonda esfera* cit. p. 309.

⁴⁷ Paulo Jorge de SOUSA PINTO, “Enemy at the Gates. Macao, Manila and the ‘Pinhal Episode’ (End of 16th Century)”, *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, 16, Jun. 2008, pp. 11-43.

⁴⁸ F. RODAO, “The Castilians Discover Siam” cit., p. 11.

⁴⁹ “Portuguese and Spanish projects for the Conquest of Southeast Asia” cit., pp. 118-36.

e em Ceilão, além de produzirem um elevado número de quiméricos projectos de conquista na Ásia do Sueste, especialmente depois da “união Ibérica”, com os olhos postos em futuras parcerias luso-espanholas entre o Estado da Índia e as Filipinas.

Enquanto o Estado da Índia manteve a ligação directa e exclusiva à metrópole, já que o Brasil nem no século XVIII se viria a afirmar como mercado alternativo e fornecedor de recursos humanos e materiais às possessões portuguesas a leste do Cabo da Boa Esperança, as Filipinas, pelo contrário, tornaram-se numa extensão americana que não desenvolveu canais directos de ligação a Espanha. Há todo um conjunto de condicionantes geográficas e de dificuldades de navegação que explicam historicamente que assim seja, desde o processo do envolvimento americano no descobrimento das ilhas e da torna-viagem e na fundação das próprias Filipinas. Há mesmo quem fale de uma colónia mexicana, o que em certo sentido é um facto. As Filipinas dependeram, até à independência da América espanhola, do suporte financeiro, mercantil e militar mexicano. Contudo, tal dependência não deverá ser empolada, porquanto ela não permite distinguir entre os papéis desempenhados pela América, que possuía a prata, e pela Europa, que nada tinha para oferecer à Ásia, pois a rota do Cabo também nada tinha para oferecer economicamente ao Estado da Índia, excepto recursos humanos e materiais, já que os cabedais investidos por Portugal na Ásia foram, durante cerca de um século, o reinvestimento dos lucros da venda da pimenta indiana.

A criação de um condomínio luso-espanhol nas Molucas

A cooperação entre portugueses e espanhóis fez-se com grande dificuldade e deu escassos frutos. Mesmo nas Molucas, em que uma história rica em parcerias militares contra o sultão de Ternate e, mais tarde, contra os holandeses, nos poderia sugerir uma intervenção bem-sucedida por parte de Manila, tal não se verificou. Já antes de 1580 os portugueses quase haviam votado as Molucas ao abandono e não faltaram invectivas de que a fortaleza local fazia sombra a Malaca e que seria mais proveitoso obter as especiarias da mão de javaneses que as traziam a Malaca⁵⁰ do que obtê-las da mão de portugueses através de um complicado processo de troca em que a interferência de funcionários régios nomeados por três anos, sem ligações familiares, sociais e económicas a Malaca ou às Molucas, dificultava e encarecia o acesso ao lucrativo trato das especiarias.

Aliás, a sobrevivência das posições portuguesas nas Molucas nas vésperas da “união ibérica” deveu-se à iniciativa de agentes régios, nomeadamente de Sancho de Vasconcelos, agindo por conta própria em defesa de grupos de

⁵⁰ Manuel LOBATO, “Malaca”, in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, 1.º vol., t. II, *De Macau à periferia*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, p. 47.

interesse localmente instalados e sem enquadramento estatal. Conhecemos em detalhe a sua actuação graças a uma volumosa crónica escrita por autor anónimo⁵¹. Sancho de Vasconcelos foi o construtor da fortaleza de Amboino e seu capitão ao longo de quase duas décadas, findas as quais a coroa integrou aquela fortaleza na rede de cidades e fortalezas que compunham o Estado da Índia. Tendo transferido a fortaleza de local por diversas vezes, Vasconcelos agiu de forma livre e sem seguir ordens régias, evidenciando que a eficácia dos privados numa escala regional não pode ser comparada à rigidez das iniciativas estatais, mas sobretudo, que estes privados, escapando ao controlo do Estado, não eram bem vistos por este, razão pela qual Vasconcelos era olhado com desconfiança em Manila, que alimentava projectos próprios para as Molucas.

Gaspar de San Agustín, o qual não é secundado pelas demais fontes, diz-nos que Filipe II teria ordenado a conquista das ilhas Molucas, por via das Filipinas, aquando da sua deslocação a Lisboa para a tomada de posse do trono de Portugal. Ali ter-se-ia igualmente avistado com um embaixador do sultão de Ternate, que, em 1575, havia conquistado aos portugueses a fortaleza que estes detinham naquela ilha. Porém, possuímos a ordem expedida de Lisboa em Abril de 1581, renovada no ano seguinte, para que o governador das Filipinas, D. Gonçalo Ronquillo de Peñalosa, acudisse às possessões portuguesas mais remotas, que eram também as mais próximas das Filipinas⁵². Em Manila a ordem régia foi o sinal para pôr em marcha a “conquista” das Molucas. Assim nasceriam as primeiras parcerias militares, que davam expressão a interesses bem concretos.

Ainda nesse ano, o governador das Filipinas, Juan Ronquillo de Peñalosa (1580-83), enviou a Tidore o alferes Francisco de Dueñas. A boa recepção que lhe foi dispensada, tanto pelo capitão Diogo de Azambuja, ainda desconhecedor da união das coroas, como pelo sultão de Tidore, desfez o receio de recusa do reconhecimento do novo monarca, sem o que os espanhóis das Filipinas não poderiam insinuar-se no comércio de cravo de Maluco, como era sua pretensão. A *Relação* de viagem escrita pelo próprio emissário foi o ponto de partida para um melhor conhecimento por parte das autoridades espanholas da situação que se vivia em Maluco⁵³. Dueñas termina sugerindo que estas ilhas deveriam ser escolhidas para destino

⁵¹ “A capitania de Amboino”, obra anónima, também conhecida por “Historia de Maluco no tempo de Gonçalo Pereira Marramaque e Sancho de Vasconcellos” e por “Relação dos Feitos eroicos em Armas que Sancho de Vasconcelos fez nas partes de Amboino e Maluco, sendo capitão em ellas vinte annos pouco mais ou menos...”, Caps. 5.º e 6.º, in Artur Basílio de Sá (org.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulândia*, IV, Lisboa, AGU, 1956, pp. 180-181.

⁵² AGI, *Filipinas*, Leg. 19, Ramo 3, doc. 53.

⁵³ Publicada em Manuel LOBATO, “Implementar a União Ibérica na Ásia: o relato da viagem de Francisco de Dueñas de Manila a Maluco em 1582”, in Avelino de Freitas de Meneses e João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *O reino, as ilhas e o mar-oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, II, Ponta Delgada/Lisboa, Universidade dos Açores/CHAM, 2007, pp. 785-811.

dos navios provenientes de Nova Espanha, por onde o cravo seria canalizado com maior brevidade e menores custos do que pela Índia e pela rota do Cabo. Esta perspectiva que se abria, se é que não se havia colocado às autoridades de Manila antes mesmo de a jornada de Dueñas ter início, foi prontamente apadrinhada por elas. Com efeito, no *Discurso en lo tocante a la extracción de la especiería de los Malucos, etc...*, escrito em Manila, a 12 de Junho de 1582⁵⁴, o feitor da *Hacienda Real* de Filipinas, Juan Bautista Román, sustentava que, uma vez os espanhóis senhores de Maluco, conviria encaminhar as especiarias para o Panamá e dali a Espanha.

No entanto, acabaria por prevalecer uma política menos agressiva e lesiva dos interesses portugueses instalados localmente, a qual foi sustentada, entre outros, pelo vice-rei da Nova Espanha:

“(...) como gente de más brío y otra condición, no se contentarán con el sueldo que los portugueses que están en ellas [ilhas Molucas] llevan, demás de que llegados a tierra nueva quieren luego tener repartimientos y mucha sujección sobre los naturales, que podría ser causa de alterarlos y de que çesase el trato de la espeçería, y assí por aora se entiende que sería más conveniente que se estuviessse la forma de guarnición como hasta aquí”⁵⁵.

Assim nasceu o que se poderia designar por condomínio luso-espanhol sobre as ilhas Molucas, o qual só a partir de 1606 se converteria em efectivo domínio espanhol, permanecendo português apenas em teoria. Nesse âmbito, Manila enviaria para ali várias expedições no intuito de recuperar a antiga fortaleza portuguesa de Ternate, perdida para o sultão local em 1575. A primeira dessas expedições teve lugar logo em 1582 e foi comandada por Juan de Ronquillo, filho do governador das Filipinas, Juan Ronquillo de Peñalosa. O seu sucessor, Santiago de Vera, enviaria uma segunda expedição, em 1584, cujo comando entregou a Pedro Sarmiento⁵⁶, e uma terceira no ano seguinte, de dimensão considerável, sendo composta por duas forças comandadas por Juan de Morón e pelo rico mercador e armador de Macau, Bartolomeu Vaz Landeiro⁵⁷.

A situação que os espanhóis vieram encontrar nas Molucas, em 1585, apresentava contornos que lhes eram marcadamente adversos. Não só o sultão de Ternate se entrincheirara na fortaleza de Ternate, como outros pro-

⁵⁴ AGI, *Filipinas*, Leg. 29, R. 38.

⁵⁵ Lorenzo Suárez de Mendonza, vice-rei da Nova Espanha, ao rei, 10 de Janeiro de 1583, *apud* Isacio RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ (org.), *Historia de la Provincia Agustiniiana del Santísimo Nombre de Jesus de Filipinas*, Manila, Arnoldus Press, vol. XV, 1981, p. 147, n. 584.

⁵⁶ Gaspar de SAN AGUSTÍN (O.S.A.), Manuel Merino, O.S.A. (ed.), *Conquistas de las Islas Filipinas (1565-1615)*, Madrid, CSIC, 1975, liv. II cap. XXXVIII, liv. III, cap. II e cap. IV. Veja-se ainda Diogo do COUTO, *Da Ásia. Décima Década*, Parte 2.^a, Lisboa, 1788, liv. VI, cap. VI.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, cap. VII, p. 49 e caps. VIII e IX. Sobre este personagem e a sua actuação nas Filipinas e nas Molucas veja-se L. de SOUSA, *The Early European Presence in China, Japan, the Philippines and Southeast Asia (1555-1590). The Life of Bartolomeu Landeiro*, cit., pp. 99-08.

blemas haviam eclodido do lado de Tidore, aliado dos ibéricos. Bartolomeu Vaz Landeiro afirma ter encontrado a terra sublevada e que a sua ‘pacificação’ apenas fora possível depois da deportação do sultão de Tidore e dos seus principais dignitários para Manila⁵⁸. Perante o fracasso destas empresas militares, o governador Luís Gomez Perez Dasmariñas decidiu deslocar-se pessoalmente às Molucas, em 1593, à frente de uma armada de mil soldados espanhóis, para resolver de uma vez a questão da recuperação da fortaleza portuguesa. A armada, porém, não chegaria a abandonar a baía de Manila devido à revolta dos três mil remadores chineses que a integravam, tendo o governador sido assassinado⁵⁹.

Só após a mal sucedida tentativa para expulsar os holandeses conduzida por André Furtado de Mendonça, Capitão-General do Mar do Sul, a quem o governador das Filipinas, D. Pedro de Acuña, enviou um reforço comandado pelo capitão Juan Suárez Gallinato, que assim constituiu a quarta expedição militar enviada por Manila às Molucas, os espanhóis lograram derrotar o sultão de Ternate. Esta tarefa foi levada a cabo pela quinta expedição em 1606, constituída por uma poderosa armada sob o comando do próprio Governador Acuña, que recuperou Tidore, entretanto ocupada pelos holandeses, Ternate e ainda outras posições periféricas. O sultão Said Berkat de Ternate (r.1585-1606) foi capturado e deportado para Manila juntamente com os principais da sua corte⁶⁰.

Nestas expedições espanholas às Molucas participaram diversos portugueses, entre os quais o “capitão” Paulo de Lima, fidalgo mestiço, natural de Ternate, filho de Henrique de Lima e casado com uma sobrinha do sultão de Tidore. Havia sido condestável da fortaleza de Tidore e, devido à sua experiência militar e ao seu conhecimento do terreno e da língua, desempenhou um papel essencial, especialmente na recuperação da fortaleza e na captura do sultão Said. O governador Acuña nutria por ele um enorme apreço e preferia a sua colaboração à dos demais capitães portugueses⁶¹. Os seus serviços foram recompensados em Manila, aonde se deslocou por diversas

⁵⁸ Requerimento de Bartolomeu Vaz Landeiro por serviços prestados, AGI, *Patronato Real*, Leg. 53, R. 2, n.º 1, fl. 2.

⁵⁹ Leonardo de ARGENSOLA, *Conquista de las Islas Malucas*, 3.ª ed., Madrid, Ed. Miraguano-Polifemo, 1992, p. 197. Cf. BOXER, “Portuguese and Spanish projects for the Conquest of Southeast Asia”, cit., p. 134, n. 32.

⁶⁰ Fernão GUERREIRO, *Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões [...] nos anos de 1600 a 1609*, Artur Viegas (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, II, pp. 131-132 e pp. 306-311. Descrição apoiada na transcrição dos documentos mais relevantes em FRANCISCO COLÍN e PABLO PASTELLS, *Labor evangélica, ministerios apostólicos de los obreros de la Compañía de Jesús, fundación y progreso de su provincia en las Islas Filipinas, historiadados por el padre Francisco Colín provincial de la misma compañía (...). Parte primera sacada de los manuscritos del padre Pedro Chirino el primero de la Compañía que pasó de los reynos de España a estas islas (...)*, Nova ed. por Pablo Pastells, S.J., vol. II, Barcelona, 1904, pp. 29-87.

⁶¹ Carta de D. Pedro de Acuña ao rei de Espanha, Manila, 4 de Junho de 1606, AGI, *Patr.* 47, R. 18, doc. 2, fls. 1-1v.

vezes, constituindo um exemplo de como os luso-asiáticos das Molucas souberam relacionar-se com as novas autoridades espanholas e sair favorecidos dessa relação, embora também tenham sido acusados de pontualmente passarem informações militares aos inimigos.

Em Ternate os espanhóis fundaram um novo burgo a que chamaram *Ciudad de Nuestra Señora del Rosário*, na construção da qual adoptaram o modelo de Manila, com dois perímetros fortificados concêntricos, delimitando um espaço interno reservado à administração civil e militar, designado por *cubo*, cujo núcleo central era ocupado pela antiga fortaleza portuguesa, e um recinto intramuros, com a cidade espanhola. Extramuros situavam-se o bairro dos nativos cristãos, *mardika* e mestiços portugueses⁶².

A administração espanhola não decorreu sem sobressaltos, entre a dificuldade em coabitar com um inimigo poderoso como os holandeses, que também possuíam uma rede fortificada nas Ilhas das Especiarias, e a indecisão sobre o que fazer com elas, sumidouro dos escassos recursos humanos e financeiros das Filipinas. Também não se chegou a um consenso sobre qual a jurisdição que deveria aplicar-se a este arquipélago, tendo havido desacordo neste assunto entre o governador das Filipinas, D. Juan de Silva, e o governador de Maluco, D. Jerónimo de Silva, seu primo-irmão. D. Jerónimo defendia que se deveria aplicar a jurisdição espanhola, mesmo em matérias eclesíásticas, mas o primeiro impôs, pelo menos no plano formal, que “las constituciones de la India” e a “jurisdicción que usan en Malaca y en Goa” fossem respeitadas⁶³.

Como já se disse, as tentativas de cooperação luso-castelhana soçobraram contra obstáculos intransponíveis. A desconfiança mútua e a ‘mera justaposição’ dos impérios ibéricos numa escala global fez com que a ‘vía de la India’ permanecesse ‘coto cerrado’ de Portugal, registando-se uma única tentativa de a usar para aceder às Filipinas⁶⁴, em que o comando da empresa foi entregue a um antigo capitão português da fortaleza de Tidore, Rui Gonçalves de Sequeira.

Também em 1614, Gonçalo Ruiz ou Rodrigues de Sousa, foi enviado pelo vice-rei da Índia, D. Jerónimo de Azevedo, de Goa às Ilhas Molucas, aonde chegou a 17 de Fevereiro do ano seguinte, com um socorro de quatro

⁶² Sobre a reconstrução espanhola da antiga fortaleza portuguesa em Ternate, veja-se M. LOBATO, *Fortificações portuguesas e espanholas na Indonésia oriental*, Lisboa, Prefácio, 2009, pp. 28-30.

⁶³ Jerónimo de SILVA, *Correspondencia de Don Gerónimo de Silva con Felipe III, Don Juan de Silva, el rey de Tidore y otros personajes, desde abril de 1612 hasta febrero de 1617, sobre el estado de las islas Molucas*, “Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España”, LII, Madrid, 1868, pp. 259-260.

⁶⁴ Juan GIL, “Balance de la Union Iberica. Exitos y fracasos”, cit., p. 368. Sobre esta atribulada expedição veja-se D. Jerónimo de Azevedo, vice-rei da Índia, ao rei, Galeão Todos os Santos, 26 de Jan. de 1615, Historical Archives of Goa, *Livros das Monções*, n.º 12, fl. 179; Petição de Juan de Alvarado y Bracamonte, fiscal da Audiencia de Manila, 1 de Dez. 1615, *Archivo General de Indias*, Filipinas, 20, R. 11, N. 70, 10.

fragatas e cento e cinquenta soldados portugueses ‘infantes’. Ia ainda incumbido de ‘descobrir’ a via por Macaçar para aquelas ilhas que melhor pudesse iludir a permanente vigilância holandesa nos mares do arquipélago malaio. Foi muito elogiado pelo governador espanhol de Ternate, Jerónimo de Silva, nas cartas que este enviou ao rei Filipe III, ao governador das Filipinas, Juan de Silva, e ao próprio vice-rei da Índia, D. Jerónimo de Azevedo.

Nestas missivas, o governador das Molucas tentava dissipar as dúvidas que ensombravam as relações oficiais entre os dois impérios ibéricos na Ásia, provenientes das acusações de mau tratamento de que haviam sido alvo os anteriores capitães portugueses enviados com socorros às Molucas e os capitães dos navios mercantes que ali se haviam dirigido. Procurou justificar, em particular, a prisão de Sebastião Álvares Barroso, expondo o comportamento desviante deste português, que passara a piratear a navegação chinesa para Manila, actividade incompatível com as liberdades e garantias que as autoridades espanholas se esforçavam por assegurar. O governador de Silva prometia ainda que os navios portugueses, da coroa ou de particulares, que quisessem demandar as Molucas seriam ali muito bem-vindos e os seus capitães tratados em conformidade⁶⁵.

Aparte alguns exemplos isolados de utilização da rota do Cabo para servir objectivos da política externa da monarquia católica no Médio Oriente, outras ocasiões se ofereceram em que espanhóis, por decisão de Madrid, desempenharam missões específicas no Estado da Índia. Tal foi o caso da equipa de peritos enviada por Filipe IV (1621-65) com a finalidade de avaliar as miríficas minas de prata da Chicova, no império do Monomotapa, as quais, embora situadas na África centro-meridional, estavam sujeitas à jurisdição de Goa. Numerosas relações sobre a prata da Chicova atestam o interesse que Madrid nutriu pelo assunto. Este intento, porém, falharia, em parte devido à oposição dos chefes africanos e à falta de empenho das autoridades portuguesas de Moçambique e Rios de Cuama (Vale do Zambeze), em parte também devido às dissensões entre facções rivais de sertanejos portugueses. Com a intenção de atalhar inconvenientes desta natureza, a Coroa tomaria, em 1617, a decisão de criar um governo autónomo na África oriental subtraindo-a à jurisdição dos vice-reis de Goa, medida que acabaria por ficar sem efeito⁶⁶. Depois de dar por encerrada, em 1622, a saga em torno da busca de minas de prata no sertão africano, Madrid viria a reabrir todo o processo mediante o envio, em 1632, do perito espanhol Andrés de Vides y Albarado, ‘Ensaaiador e Administrador das Minas’⁶⁷.

⁶⁵ Jerónimo de Silva, carta ao vice-rei da Índia, D. Jerónimo de Azevedo, Tidore, 8 de Março de 1616, *Correspondencia*, cit., pp. 341-44.

⁶⁶ R. A. de BULHÃO PATO (ed.), *Documentos Remettidos da India ou Livros das Monções*, IV, Lisboa, 1893, pp. 154-56 e V, 1935, p. 37. Cf. A. BOTELHO DE SOUSA, *Subsídios para a história militar marítima da Índia*, II (1585-1669), Lisboa, 1948, p. 618.

⁶⁷ Tomé de Barros Panelas de Pólvora, Francisco Figueira de Almeida, Dom Andres de Vides y Albarado, Frei António de Salvador; Bartolomeu Telo, Cópia do papel e certidão

Conclusão

Durante as duas décadas de colaboração institucional nas Molucas, portugueses e espanhóis, ainda que a isso obrigados pelas instâncias superiores, não abandonaram a desconfiança mútua. Os espanhóis, em particular, acusaram por diversas vezes os capitães e vice-reis portugueses de não se empenharem suficientemente nas acções militares conjuntas para submeter o sultão de Ternate, cuja capital só foi tomada de assalto à quinta tentativa. De facto, nem de Goa foram enviados meios humanos e materiais importantes, nem os capitães portugueses estavam interessados em servir sob as ordens dos capitães espanhóis cujas tropas possuíam melhor organização militar, disciplina e capacidade bélica do que as portuguesas.

Aliás, não passou despercebida na época aos diversos observadores as diferenças entre os métodos de colonização praticados pelas duas nações ibéricas. Um jesuíta português estante nas Molucas – e alguns espanhóis houve entre os missionários que ali trabalharam – aponta de forma um pouco esquemática e caricatural, que a principal diferença consistiria em que:

“Os castelhanos a principal cousa que fazem aos que conquistão hé cortarem as cabeças aos grandes e a mais gente fazê-la christam, e não como nós que o principal hé o cravo e depois a christandade. Por onde permite Deos que nem hum nem outro tenhamos, senão muitos trabalhos e muitas desonras”⁶⁸.

Embora as idiosincrasias de cada uma das nações ibéricas conduzissem a juízos exagerados e extremos, podemos considerar a apetência castelhana por conquistar as ilhas até aos seus centros geográficos e a prática portuguesa de se fortificar nos ancoradouros como duas visões opostas do espaço que condicionaram a sua presença nos mares da Insulíndia.

A ausência de um entendimento mais estreito entre as autoridades de Manila e de Goa derivava em parte da própria política emanada de Madrid, na medida em que, embora fosse formalmente proibida a ingerência de vassallos de uma coroa no império da outra, Filipe II fechou os olhos ao comércio de cravo e doutros produtos através de Manila, onde se estabeleceu um bom número de mercadores portugueses envolvidos nos tratos do Extremo Oriente. A permissividade com que as autoridades encorajavam estas actividades, contraposta, por um lado, ao conflito entre Manila e Macau a respeito do porto que os espanhóis queriam fundar na China, e, por outro ainda, à necessidade de regular escrupulosamente as formas de domínio conjunto, criaram relações que, como se disse inicialmente, foram

das diligências que se fizeram no descobrimento das minas de prata, Chicova, 2 de Maio de 1636, ANTT, *Documentos Remetidos da Índia*, Liv. 40, fl. 255, publ. *Archivo Portuguez Oriental*, J. H. de CUNHA RIVARA (ed.), vol. IV, 11 (II), Nova-Goa, 1862, pp. 146-149.

⁶⁸ Jerónimo Rodrigues S.J., Tidore, 25 de Fevereiro de 1579, in *Documenta Malucensia*, II, edited and annotated by Hubert JACOBS S.J., Roma, IHSI, 1980, doc. 11, p. 33.

no mínimo bastante ambíguas. Assim, as Molucas parecem ter fornecido o único caso de uma cooperação relativamente frutuosa para ambas as partes, que permitiu fazer frente aos holandeses nos primeiros anos do século XVII, embora em condições desesperadas e, a partir de 1606, quase sem proveito mercantil. Apesar de tudo, funcionou nas Molucas uma colaboração luso-espanhola que falharia noutras zonas de fronteira do império asiático, nomeadamente nunca foi possível fazer convergir esforços para reunir em Malaca uma grande armada composta por navios de Goa e Manila que, sob o comando do governador D. Juan de Silva, permitisse fazer frente aos holandeses⁶⁹.

Desde o início da monarquia dual na Ásia que fervilharam projectos para reforçar a defesa e a segurança da navegação no Estreito de Malaca. A principal ameaça provinha do sultão de Johor, herdeiro directo da linhagem dos antigos sultões de Malaca, o qual se estabeleceu na região dos Estreitos de Singapura após 1511. Devido a essa ameaça e também à concorrência comercial que fazia ao porto de Malaca, Johor foi tomado e arrasado diversas vezes pelos portugueses, a última das quais em 1587. Já anteriormente se falava da necessidade de construir uma fortaleza nos Estreitos de Singapura para onde todos os anos era deslocada uma pequena armada para dar protecção aos navios provenientes da China. Ordens nesse sentido chegaram a ser emitidas de Madrid, mas o vice-rei D. Francisco da Gama mostrou-se partidário do policiamento com recurso a armadas, que a construção de uma fortaleza, argumentava ele, não dispensaria⁷⁰. O advento dos holandeses e o apresamento da nau Santa Catarina, nos Estreitos de Singapura, em 1603, relançou os planos para a sua fortificação. Porém as despesas com o reforço das fortificações já existentes, de Moçambique a Macau, e a construção de uma nova fortaleza na Ilha das Naus, fronteira a Malaca, não permitiram que o projecto avançasse.

Também no plano diplomático os portugueses colocaram entraves à tentativa de Madrid para aliciar a Pérsia contra o império otomano com vista a ganhar algum alívio no Mediterrâneo, quando o embaixador espanhol, Don Garcia de Sylva y Figueroa, ficou retido três anos em Goa pelo vice-rei D. Jerónimo de Azevedo⁷¹.

⁶⁹ Peter BORSCHBERG, "Security, VOC Penetration and Luso-Spanish Co-operation: The Armada of Philippine Governor Juan de Silva in the Straits of Singapore, 1616", cit.

⁷⁰ Cópia de cartas do vice-rei D. Francisco da Gama ao rei [c. 1597], BNP, *Res.*, cod. 1976, fls. 59.

⁷¹ Garcia de SYLVA Y FIGUEROA, *Comentarios (...) de la embajada que de parte del Rey de España hizo al rey Xa Abas de Persia*, Manuel Serrano y Sanz (ed.), 2 vols., Madrid, Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1903-05.

Bibliografia

- ARGENSOLA, Leonardo de, *Conquista de las Islas Malucas*, 3.^a ed., Madrid, Ed. Miraguano-Polifemo, 1992.
- BLAIR, Emma Helen e ROBERTSON, James Alexander, *The Philippine Islands (1493-1898)*, II (1521-1569), Cleveland, 1903.
- BLUSSÉ, Leonard e WINIUS, George D., "The origin and rythm of Dutch aggression against the *Estado da Índia*, 1601-1661", in T. R. de Souza (ed.), *Indo-Portuguese History. Old Issues, New Questions*, Nova Delhi, Concept Publ. Co., 1985, pp. 73-83.
- BORSCHBERG, Peter, *The Singapore and Melaka Straits: Violence, Security and Trade in the Seventeenth Century*, Singapura, NUS Press, 2010.
- , "Portuguese, Spanish and Dutch Plans to Construct a Fort in the Straits of Singapore, ca. 1584-1625", *Archipel*, 65, 2003, pp. 55-88.
- , "Security, VOC Penetration and Luso-Spanish Co-operation: The Armada of Philippine Governor Juan de Silva in the Straits of Singapore, 1616", in Peter Borschberg (ed.), *Iberians in the Singapore-Melaka Area and Adjacent Regions (16th to 18th Century)*, Wiesbaden/Lisboa, Harrassowitz Verlag/Fundação Oriente, 2004, pp. 35-62.
- BOTELHO DE SOUSA, A., *Subsídios para a história militar marítima da Índia*, II (1585-1669), Lisboa, 1948.
- BOUCHON, Geneviève e THOMAZ, Luís Filipe, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy, relation portugaise anonyme (1521)*, F. C. Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1988.
- BOXER, C. R., *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo*, Macau, Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990 (trad. de *Fidalgos in the Far East, 1550-1770. Fact and fancy in the history of Macao*, 2.^a ed. revista, Hong Kong e Londres, Oxford University Press, 1968; Haia, Nijhoff, 1948!).
- , *The Christian Century in Japan, 1549-1650*, Manchester, Carcanet Press/FCG/CNCDP, 1993 [1951¹].
- , "Nota sobre o comércio entre Macau, Manila e Nagasáqui, 1580-1640", *Boletim do Centro de Estudos Marítimos de Macau*, número de homenagem a C. R. Boxer, 1989, pp. 37-45 (trad. de "A Note on the Triangular Trade between Macao, Manila and Nagasaki, 1580-1640, *Terrae Incognitae*, 17, 1985, pp. 51-59).
- , "Plata es Sangre: Sidelights on the Drain of Spanish-American Silver in the Far East, 1530-1750", *Philippine Studies*, 18, 1970, pp. 457-468.
- , "Portuguese and Spanish projects for the Conquest of Southeast Asia", *Journal of Asian History*, III, 1969, pp. 118-136 (reimp. in *Portuguese Conquest and Commerce in Southeast Asia, 1500-1700*, Londres, Variorum Reprints, 1985).
- , "Spaniards and Portuguese in the Iberian Colonial World: aspects of an ambivalent relationship, 1580-1640", in Hendrik Brugmans e Rafael Martinez Nadal, *Salvador de Madariaga. Liber Amicorum*, Bruges, College d'Europe, 1966, pp. 239-51.

- BOXER, C. R. e VASCONCELOS, Frazão de, *André Furtado de Mendonça*, 2.^a ed., Macau, Fundação Oriente-Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989 (1.^a ed., Lisboa, 1955¹).
- BOYAJIAN, James, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1993.
- BULHÃO PATO, R. A. de (ed.), *Documentos Remettidos da India ou Livros das Monções*, IV, Lisboa, 1893.
- CENTENERO DE ARCE, Domingo e TERRASA LOZANO, Antonio, “El sudeste asiático en las políticas de la Monarquía Católica. Conflictos luso-castellanos entre 1580-1621”, *Anais de História de Além-Mar*, IX, 2008, pp. 289-332.
- COLÍN, Francisco e PASTELLS, Pablo, *Labor evangélica, ministerios apostólicos de los obreros de la Compañía de Jesús, fundación y progreso de su provincia en las Islas Filipinas, historiadados por el padre Francisco Colín provincial de la misma compañía (...). Parte primera sacada de los manuscritos del padre Pedro Chirino el primero de la Compañía que passó de los reynos de España a estas islas (...)*, Nova ed. por Pablo Pastells, S.J., vol. II, Barcelona, 1904.
- CORREIA, Pedro Lage Reis, “A Apologia de Valignano e a Defesa do Padroado e dos Direitos da Coroa Portuguesa na Ásia Oriental”, *Revista de Cultura/Review of Culture. International Edition*, 19, 2006, pp. 171-88.
- COSTA, João Paulo, “A rivalidade luso-espanhola no Extremo Oriente e a querela missionológica no Japão”, in Roberto Carneiro e A. Teodoro de Matos (org.), *O século cristão do Japão*, Lisboa, 1994, pp. 477-524;
- COUTO, Diogo do, *Década Quarta da Ásia*, edição crítica e anotada coordenada por M. Augusta Lima Cruz, I, Lisboa, CNCDP-FO-INCM, 1999.
- CUNHA RIVARA, J. H. de (ed.), *Archivo Portuguez Oriental*, vol. IV, 11 (II), Nova-Goa, 1862.
- FIGUEROA, Garcia de Sylva y, *Comentarios (...) de la embajada que de parte del Rey de España hizo al rey Xa Abas de Persia*, Manuel Serrano y Sanz (ed.), 2 vols., Madrid, Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1903-05.
- FRUTUOSO, Eduardo, “Macau e Manila no Arbitrismo Ibérico”, *Revista de Cultura/Review of Culture. International Edition*, 7, 2003, pp. 117-44.
- GARCIA, José Manuel, “Relações históricas entre Macau e as Filipinas: uma perspectiva portuguesa”, *Anuario de Estudios Americanos*, 65, 2, Jul.-Dez. 2008, pp. 39-70.
- GIL, Juan, *Hidalgos y samurais. España y Japón en los siglos XVI y XVII*, Madrid, Alianza Universidad, 1991.
- , “Balance de la Union Iberica. Exitos y fracasos”, in M. da Graça A. Ventura (coord.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico. Segundas Jornadas de História Ibero-Americana*, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 367-83.
- GONZALEZ GONZALEZ, Antonio, “Los requerimientos portugueses a Legazpi sobre la pertenencia de Filipinas”, *El Tratado de Tordesillas y su proyección*, Actas do Seminário de História da América, I, Valladolid, 1973, pp. 255-292.
- GUERREIRO, Fernão, *Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões [...] nos anos de 1600 a 1609*, vol. II, Artur Viegas (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

- HIDALGO NUCHERA, Patricio (org.), *Los primeros de Filipinas. Crónicas de la Conquista del Archipiélago*, Madrid, Miraguano-Polifemo, 1995.
- IWASAKI CAUTI, Fernando, *Extremo Oriente y Perú en el Siglo XVI*, Madrid, Ed. Mapfre, 1992.
- JACOBS, Hubert, S.J. (ed.), *Documenta Malucensia*, II, Roma, IHSI, 1980.
- LIEBERMAN, Victor, *Strange Parallels: Southeast Asia in Global Context, c. 800-1830*, vol. 1: *Integration on the Mainland*, Cambridge University Press, 2003.
- LIMA CRUZ, Maria Augusta, "A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou os itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente", *Stvdia*, 49 (1989), pp. 315-340.
- , "Degredados e arrenegados portugueses no espaço Índico nos primórdios do século XVI", *Povos e Culturas*, n.º 5, Lisboa, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1996, pp. 41-61.
- , "Exiles and Renegades in Early 16th century Portuguese India", *The India Economic and Social History Review*, n.º 23, 3, 1986, pp. 248-262.
- LOBATO, Manuel, "A Carreira da Índia e a variante de Malaca (1507-1641)", *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 343-376.
- , "A man in the shadow of Magellan. Francisco Serrão, the First Portuguese in the Maluku Islands", comunicação apresentada ao *International Seminar Indonesia and Portugal: Past, Present and Future. In the Commemoration of the 10 Years of the Reestablishment of Diplomatic Relations*, Museu do Oriente, Lisboa, 16 e 17 de Novembro de 2009.
- , "Implementar a União Ibérica na Ásia: o relato da viagem de Francisco de Dueñas de Manila a Maluco em 1582", *O reino, as ilhas e o mar-oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Avelino de Freitas de Meneses e João Paulo Oliveira e Costa (coord.), vol. 2, Ponta Delgada-Lisboa, Universidade dos Açores-CHAM, 2007, pp. 785-811.
- , "Malaca", in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, 1.º vol., t. II, *De Macau à periferia*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 13-74.
- , "Os chineses nas ilhas Molucas: da prioridade no comércio de longa distância à fixação de uma comunidade residente", in Jorge dos Santos Alves (coord.), *Conferências nos Encontros de História Luso-Chinesa*, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 147-172.
- , "Pájaro sin alas. Acción política de Andrés de Urdaneta y su descripción geo-antropológica de las islas del Maluco", in Susana Truchuelo García (ed.), *Andrés de Urdaneta: un hombre moderno*, Ministerio de Cultura/Universidad del País Vasco, Ordizia, 2009, pp. 297-324.
- , *Fortificações portuguesas e espanholas na Indonésia oriental*, Lisboa, Prefácio, 2009.
- LOURIDO, Rui D'Ávila, "Portugueses e espanhóis em Macau e Manila com os olhos na China", *Revista de Cultura/Review of Culture. International Edition*, 7, 2003, pp. 23-45.

- MENDES DA LUZ, F., "Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia e das Capitanias, e mais Cargos que nelas ha, e da Importancia deles", edição fac-similada do Ms. 3.217 existente na Biblioteca Nacional de Madrid, *Stvdia*, 6, Jul. 1960.
- MESQUIDA, Juan O., "The Early Years of the Misericordia of Manila (1594-1625)", *Revista de Cultura/Review of Culture. International Edition*, 14, Abr. 2005, pp. 59-81.
- OOI KEAT GIN (ed.), *Southeast Asia: a historical encyclopedia from Angkor Wat to East Timor*, Santa Barbara/Denver/Oxford, 2004.
- OLLÉ RODRÍGUEZ, Manel, *Estrategias filipinas respecto a China: Alonso Sánchez y Domingo Salazar en la empresa de China (1581-1593)*, vol. 1, Tesis doctoral, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 1998.
- , *La Invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*, Wiesbaden, Harrasowitz Verlag, 2000.
- , "Competencia Macao-Manila en el contexto de la monarquía dualista, 1581-1593", *Illes i Imperis*, 3, 2000, pp. 5-21.
- PERDUE, Peter C., "Eurasia in World History: Reflections on Time and Space", *World History Connected*, 5, 2, Fevereiro 2008 (<http://worldhistoryconnected.press.illinois.edu/5.2/perdue.html>).
- PÉREZ HERRERO, Pedro, "El Galeon de Manila. Relaciones comerciales entre el Extremo Oriente y América", in Francisco Solano et al. (eds.), *El Extremo Oriente Ibérico. Investigaciones Históricas: metodología y Estado de la Cuestión*, Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional/Centro de Estudios Históricos (CSIC), 1989, pp. 55-63.
- PINTO PEREIRA, António, *Historia da India no tempo em que a governou o visorey dom Luis de Ataide*, fac-símile, Manuel Marques Duarte (introd.), INCM, 1987.
- PRIETO LUCENA, Ana Maria, "Conflictos entre Castellanos y Portugueses en Extremo Oriente, segun los Cronistas Españoles de los Siglos XVI y XVII", comunicação apresentada ao *Simpósio Rotas marítimas e redes associadas*, Sagres, 28 de Abril a 1 de Maio de 1992, CNCDP e Comissão Nacional para a UNESCO (dactil.).
- RETANA, W. E., "Noticias históricas extraídas de los documentos existentes en el Archivo de Indias", *Revista historico-bibliográfica*, n.º 1, Madrid, Set. 1905, pp. 1-119 [419-527].
- RICHARDS, John F., *The Unending Frontier. An Environmental History of the Early Modern World*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 2003.
- RODAO, Florentino, "The Castilians Discover Siam: Changing Visions and Self-Discovery", *Journal of the Siam Society*, 95, 2007, pp. 1-23.
- RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ, Isacio (org.), *Historia de la Provincia Agustiniiana del Santisimo Nombre de Jesus de Filipinas*, vol. XV, Manila, Arnoldus Press, 1981.
- SÁ, Artur Basílio de (org.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulândia*, IV, Lisboa, AGU, 1956.
- SAN AGUSTÍN, Gaspar de, *Conquista de las Islas Filipinas (1565-1615)*, Manuel Merino O.S.A. (ed.), Madrid, CSIC, 1975.

- SILVA REGO, A. da (ed.), *As Gavetas da Torre do Tombo*, III, Lisboa, CEHU, 1963.
- SILVA, Jerónimo da, *Correspondencia de Don Gerónimo de Silva con Felipe III, Don Juan de Silva, el rey de Tidore y otros personajes, desde abril de 1612 hasta febrero de 1617, sobre el estado de las islas Molucas*, “Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España”, LII, Madrid, 1868.
- SOUSA PINTO, Paulo Jorge de, *No extremo da redonda esfera: Relações luso-castelhanas na Ásia, 1565-1640. Um Ensaio sobre os impérios ibéricos*, dissertação de doutoramento em Ciências Históricas, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, Lisboa, 2010.
- , “Enemy at the Gates. Macao, Manila and the ‘Pinhal Episode’ (End of 16th Century)”, *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, 16, Jun. 2008, pp. 11-43.
- SOUSA, Francisco de, S.J., *Oriente Conquistado a Jesus Christo pelos padres da Companhia de Jesus da Provincia de Goa*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1978.
- SOUSA, Lúcio de, *The Early European Presence in China, Japan, the Philippines and Southeast Asia (1555-1590). The Life of Bartolomeu Landeiro*, Macau, Fundação Macau, 2010.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, *The Portuguese Empire in Asia. A Political and Economic History*, Londres e Nova Iorque, Longman, 1993.
- , “Beyond Incommensurability: Understanding Inter-Imperial Dynamics in the Early Modern World”, *Theory and Research in Comparative Social Analysis*, Department of Sociology, UCLA, 2005, Paper 32.
- , “Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Iberian Overseas Empires, 1500-1640”, *American Historical Review*, 112, Dez. 2007, pp. 1359-85.
- THOMAZ, Luís Filipe (org.), “O malogrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda e a islamização de Java”, Colectânea documental, in Luís Filipe Thomaz (ed.), *Aquém e Além da Taprobana. Estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 381-607.
- TORMO SANZ, Leandro, “El mundo indigena conocido por Magallanes en las islas de San Lázaro”, in *A Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas*, A. Teixeira da Mota (ed.), Lisboa, JICU, 1975, pp. 379-409.
- VALLADARES, Rafael, *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680). Declive imperial y adaptation*, Lovaina, Leuven University Press, col. “Avisos de Flandes”, 2001.
- VARELA, Consuelo, “Los Problemas de Frontera en el Maluco”, in M. da Graça A. Ventura (coord.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico. Segundas Jornadas de História Ibero-Americana*, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 341-51.
- VIDEIRA PIRES, Benjamim, S.J., *A viagem de comércio Macau-Manila nos séculos XVI a XIX*, 2.^a ed., Macau, 1987 (1971¹).
- VILLIERS, John, “Manila and Maluku: Trade and Warfare in the Eastern Archipelago 1580-1640”, *Philippine Studies*, 34, 1986, pp. 146-61.

- , “Portuguese Malacca and Spanish Manila. Two concepts of empire”, in R. Ptak (ed.), *Portuguese Asia. Aspects in history and economic history (sixteenth and seventeenth centuries)*, Estugarda, Franz Steiner Verlag, 1987, pp. 37-57.
- , “Silk and Silver: Macao, Manila and Trade in the China Seas in the Sixteenth Century”, *Journal of the Hong Kong Branch of the Royal Asiatic Society*, 20, 1980, pp. 66-80.
- WICKI, Joseph (ed.), *Documenta Indica*, VII (1566-1569), Roma, IHSI, 1962.